

53



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0004366-49.2014.8.17.0000 (0333930-0)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FABIO RAIMUNDO DE ASSIS

PACIENTE: WALLACY DOS SANTOS BRANDÃO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES COM CAUSA DE AUMENTO POR ENVOLVIMENTO DE ADOLESCENTE. IRREGULARIDADES NO INQUÉRITO. SUPERADAS PELO DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE FUNDAMENTAÇÃO INSUFICIENTE DO DECRETO PRISIONAL. INOCORRÊNCIA. AMEAÇA À ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DA AGENTE. GRAVIDADE DA CONDUCTA E GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS INCAPAZES DE TORNAR ILEGAL A PRISÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. DENEGAÇÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

1. *Nulidades do auto de prisão em flagrante e da nota de culpa, porquanto ausente a assinatura da autoridade policial, além de não comprometerem a regularidade da ação penal em curso, ficam as alegações prejudicadas por força da decretação da prisão preventiva.*
2. *A prisão preventiva se encontra devidamente fundamentada, tendo em vista estar caracterizada a hipótese autorizadora da garantia da ordem pública, diante da periculosidade do agente, aferida mediante a gravidade da conduta, que envolveu menor de idade, e a grande quantidade de drogas apreendidas.*

54

3. *As circunstâncias pessoais favoráveis ao paciente, como ser primário, ter bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, não impedem a sua prisão preventiva quando presentes os requisitos exigidos em lei para a medida restritiva. Precedentes.*
4. *Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.*

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *Habeas Corpus* nº. 0004366-49.2014.8.17.0000 (0333930-0) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, denegar a ordem do presente *Habeas Corpus*, nos termos do voto do Des. Relator.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0004366-49.2014.8.17.0000 (0333930-0)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FABIO RAIMUNDO DE ASSIS

PACIENTE: WALLACY DOS SANTOS BRANDÃO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, impetrado por FABIO RAIMUNDO DE ASSIS em favor do paciente WALLACY DOS SANTOS BRANDÃO, no qual aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda -PE.

Argumenta o impetrante que o paciente se encontra recolhido no COTEL, à disposição da então autoridade coatora, nos autos do processo de nº 0004313-08.2014.8.17.0990, quando foi preso em flagrante e convertida em preventiva, tendo sido incurso nas penas dos arts. 33 e 35, da Lei nº 11.343/06.

Sustenta a ausência dos requisitos da prisão preventiva, pois não há sequer indícios de que o paciente perturbará a ordem criminal, trará embaraços à instrução criminal ou se furtará à aplicação da lei penal, vez que o paciente é primário, tem bons antecedentes, e residência fixa. Aduz também que não foi expedido nota de culpa, nem comunicação da prisão à família do preso. Nesse contexto, pede liberdade provisória do paciente.

Instada a prestar as informações de estilo, a autoridade apontada coatora relatou à fls. 34/35 que o paciente foi preso em flagrante, juntamente com mais um corréu e um menor L.D.O., portando 28 (vinte e oito) *big bigs* de maconha, além de 50 (cinquenta) pedras de *crack*. Informou, ainda, que a liberdade do paciente fere o

56
princípio o interesse coletivo e da Justiça Criminal, não merecendo guarida à pretensão do Impetrante.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 43/45, opinou pela denegação da ordem, por entender que não há constrangimento ilegal ao direito do paciente, vez que a prisão preventiva está devidamente fundamentada na necessidade de resguardar a ordem pública e que a presença de circunstâncias pessoais favoráveis ao paciente não tem o condão de afastar a prisão devidamente fundamentada.

É O RELATÓRIO.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0004366-49.2014.8.17.0000 (0333930-0)

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: FABIO RAIMUNDO DE ASSIS

PACIENTE: WALLACY DOS SANTOS BRANDÃO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Inicialmente, no que se refere à alegação de não caracterização das hipóteses autorizadoras da prisão cautelar, cumpre perquirir se estão presentes os requisitos exigidos no art. 312 do CPP.

In casu, o paciente foi preso em flagrante, na companhia de um corréu e um menor de idade, portando 28 (vinte e oito) *big bags* de maconha, além de 50 (cinquenta) pedras de *crack*, para fins de mercancia. Aduz irregularidades na prisão em flagrante, requerendo o seu relaxamento. Sustenta para tanto que não houve a entrega da nota de culpa, nem a comunicação aos seus familiares.

No tocante a insurgência de irregularidades na prisão, tenho que esta questão trata-se de mera irregularidade e restou superada com a decretação da prisão preventiva, conforme entende o Superior Tribunal de Justiça:

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES (ARTS. 33 E 35 DA LEI 11.343/06). PRISÃO EM FLAGRANTE EM 22.02.07. EXCESSO DE PRAZO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA. CUSTÓDIA PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. APREENSÃO DE 49,1 QUILOGRAMAS DE MACONHA COM A PACIENTE E SEU ESPOSO. MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E

58

EVITAR A REITERAÇÃO CRIMINOSA. NULIDADES DO FLAGRANTE. AUSÊNCIA DE ASSINATURA DA AUTORIDADE POLICIAL NO AUTO E NA NOTA DE CULPA. QUESTÕES PREJUDICADAS. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DA PACIENTE. INSUFICIÊNCIA. PRESENÇA DE JUIZ CONVOCADO NO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS NA INSTÂNCIA ANTERIOR. NULIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

(...) 3. *Relativamente às nulidades do auto de prisão em flagrante e da nota de culpa, porquanto ausente a assinatura da autoridade policial, além de não comprometerem a regularidade da ação penal em curso, ficam as alegações prejudicadas por força da decretação da prisão preventiva. (STJ - HC: 84688 PR 2007/0133792-3, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 16/09/2008, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 28/10/2008)"*

O Pedido de liberdade provisória não merece prosperar, já que, além do tráfico de entorpecentes, o paciente é acusado de envolver adolescente na prática do crime, causa de aumento de pena prevista no art. 40 da Lei nº 11.343/06. Fica patente, portanto, a periculosidade do agente para o convívio social, vez que envolveu menor de idade na prática delitiva.

A gravidade do crime e a grande quantidade de drogas ilícitas apreendida também recomendam a manutenção da prisão preventiva do paciente, haja vista tratar-se de delito equiparado a crime hediondo diante da grave devastação que causa nas pessoas dependentes, em seus familiares e na sociedade em geral. No mesmo sentido, julgado do STJ:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. FLAGRANTE PREPARADO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. PRISÃO PREVENTIVA.

AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CUSTÓDIA LASTREADA NA EXCESSIVA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

1. *Alegações acerca de possível flagrante preparado pela autoridade policial são incabíveis em sede de habeas corpus, porquanto sua análise demandaria aprofundado revolvimento do conjunto fático-probatório.*

2. *Não carece de fundamentação idônea o decreto de prisão preventiva que evidencia a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta da conduta típica em tese praticada. Na espécie, as instâncias ordinárias fundamentaram a custódia*

59

cautelar na expressiva quantidade de droga apreendida em poder do recorrente (55.618 g - cinquenta e cinco mil, seiscentos e dezoito gramas - de maconha), a revelar sua periculosidade social.

3. *Recurso em habeas corpus improvido*". (RHC 41.495/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 08/04/2014, DJe 25/04/2014)

Fica demonstrado, assim, que o decreto de prisão preventiva contra o paciente está suficientemente fundamentado na necessidade de garantir a ordem pública. Sobre esse mister, o ilustre doutrinador JULIO FABBRINI MIRABETE ensina:

"Embora não se tenha firmado na jurisprudência um conceito estratificado para a expressão "garantia da ordem pública", a periculosidade do réu tem sido apontada como o fator preponderante para a custódia cautelar. (...) Mas o conceito de ordem pública não se limita a prevenir a reprodução dos fatos criminosos, mas também a acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça em face da gravidade do crime ou de sua repercussão. A conveniência da medida, como já se decidiu no STF, deve ser regulada pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa. (...) Mas, sem dúvida, está ela [a aplicação da prisão preventiva] justificada no caso de ser o acusado dotado de periculosidade, na perseverança da prática delituosa, quando se denuncia torpeza, perversão, malvadez, cupidez e insensibilidade moral." (MIRABETE, Julio Fabbrini. Processo Penal – 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, pg. 385/386).

Com efeito, o juiz de primeira instância sentiu-se satisfatoriamente convencido acerca da necessidade de decretação da medida, tendo fundamentado sua decisão de forma suficiente. Assim, não há que se cogitar da ocorrência de constrangimento ilegal por ausência de justa causa para a prisão do paciente, haja vista não ter ocorrido qualquer ilegalidade na decretação da medida restritiva.

Vale observar que ninguém melhor que o magistrado local para definir se o paciente representa uma ameaça à ordem pública, visto que convive na localidade em que o crime foi praticado e tem contato direto com as testemunhas, as vítimas, a sociedade local e até mesmo com o réu.

No que tange à alegação de que o paciente é primário, tem bons antecedentes, profissão definida e residência fixa, cumpre observar que tais qualidades não são suficientes para afastar a necessidade de segregação preventiva, conforme tem entendido o Superior Tribunal de Justiça:

60

"O fato de o recorrente ser primário, trabalhador e ter residência fixa no distrito da culpa não garante eventual direito à liberdade, quando outros elementos constantes nos autos recomendam a sua custódia cautelar. Precedentes." (RHC, 19.261/RS, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJU 07/02/2008, p. 01).

Este Tribunal também firmou entendimento no mesmo sentido, como demonstra a seguinte súmula:

Súmula 86 do TJPE – "As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".

Dessa forma, com base nos fundamentos expostos, a ordem deve ser denegada por estarem presentes todos os requisitos exigidos no art. 312 do CPP, não tendo as circunstâncias pessoais favoráveis o condão de afastar a segregação cautelar, de forma que não há constrangimento ilegal nem outro motivo que justifique a revogação da prisão.

Isto posto, meu voto é no sentido de **denegar** a ordem requerida.

É COMO VOTO.

Recife, 27 de maio de 2014.



MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Des. RELATOR